

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia 7ª Região – CRPRS, criado pela Lei 5.766/71, constitui uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

O CRPRS tem jurisdição em todo o estado do Rio Grande do Sul e sede em Porto Alegre.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Diante do exposto, o CRPRS iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e implantando o novo sistema SISCO.NET.

2.2. Critérios e Políticas Contábeis

Até o exercício de 2011 era utilizado o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas. A partir de 2012, com a adoção dos novos procedimentos contábeis, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição.

Os Estoques e o Imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição.

2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2012 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

I- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2012 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 5.343.731,30 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 5.411.451,21, apresentando um déficit orçamentário de R\$ 67.719,91.

II- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2012 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 5.343.731,30) com os extraorçamentários (R\$ 8.607.960,12) que foi de R\$ 13.951.691,42 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 5.357.542,13) e extraorçamentários (R\$ 8.488.531,65) que foi de R\$ 13.846.073,78, apresentando um superávit de R\$ 105.617,64, o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte (R\$ 1.031.090,01) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 925.472,37).

III- Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pela Dívida Ativa deduzida pela Provisão para perdas), Demais Créditos a Curto Prazo (Adiantamento de férias a funcionários e Salário maternidade a ser reembolsado pelo INSS), Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente (Fundo de Seções repassado automaticamente ao CFP referente Anuidades de 2013 recebidas em dezembro de 2012).

b) Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias) e Demais Obrigações a Curto Prazo (Anuidades Recebidas Antecipadamente e Mensalidade Sindical descontada em Folha de Pagamento a repassar ao Sindicato).

d) Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2012.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2012 demonstra o total do Ativo de R\$ 4.751.424,11 e o total do Passivo de R\$ 462.175,05, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 4.289.249,06, o qual está constituído pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$ 5.187.384,30 e pelo Déficit do Exercício de R\$ 898.135,24.

IV- Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2012 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 5.625.963,38 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 6.524.098,62, gerando como resultado patrimonial do período um Déficit de R\$ 898.135,24.

V- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2012 foi de R\$ 105.617,64, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$ 148.263,52 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$ 42.645,88.

2.4. Fatos relevantes

I- Atendendo às novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no exercício de 2012, foram introduzidos novos procedimentos em relação aos créditos tributários a receber, reconhecendo, pelo regime de competência, os direitos a receber de anuidades e fundo de seções no início do exercício, que se somaram aos créditos de dívida ativa que já faziam parte dos créditos a receber. Também foram reconhecidas as provisões para perdas desses créditos, gerando uma variação patrimonial quantitativa diminutiva bastante representativa. Tal procedimento influenciou significativamente o resultado do período, o qual foi negativo conforme demonstrado no item 2.3. subitem IV. Conseqüentemente, esse procedimento gerou, também, uma redução na posição patrimonial acumulada, como descrito na letra e do subitem III. Porém, mediante tais procedimentos, o Balanço Patrimonial espelha, agora, uma maior realidade patrimonial. Salientamos que as provisões para perdas referentes aos créditos de dívida ativa, as quais foram as principais geradoras da variação diminutiva descrita acima, nos próximos exercícios, serão reconhecidas apenas

sobre novos valores de créditos inscritos em dívida ativa, dessa forma, não ocorrerão variações tão impactantes como no exercício de 2012.

II- Outra alteração que será realizada no exercício de 2013 será o reconhecimento da reavaliação dos bens móveis e imóveis feita por empresa especializada, bem como a introdução do registro da depreciação, o que também representará um impacto considerável na situação patrimonial do CRPRS.

3. Imobilizado

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Bens Móveis	957.853,64	915.207,76
Móveis e Utensílios	584.015,84	568.377,23
Máquinas e Equipamentos	106.010,30	100.140,30
Utensílios de Copa e Cozinha	26.866,07	12.522,70
Equipamentos de Processamento de Dados	240.961,43	234.167,53
Bens Imóveis	2.523.193,75	2.523.193,75
Salas	2.210.000,00	2.210.000,00
Instalações	313.193,75	313.193,75

4. Considerações Finais

O exercício de 2012, para a Contabilidade, foi um ano de muitas mudanças e adaptações, tendo em vista a adoção dos novos procedimentos e a implantação do novo sistema, como já foi citado anteriormente. Enfrentamos algumas dificuldades para identificar a técnica correta com o objetivo de atender às novas exigências da legislação, bem como dificuldades relacionadas ao novo sistema sendo necessárias solicitações de ajustes para adequar algumas operacionalidades e também a geração de relatórios de forma correta.

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2012 e a Prestação de Contas do exercício de 2012 serão aprovadas pelo Plenário do CRPRS e enviadas ao CFP para apreciação e julgamento.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.

Loiva dos Santos Leite
Conselheira Presidente
CRP-07/08608
CPF 474.873.560-00

Tatiana Cardoso Baierle
Conselheira Tesoureira
CRP-07/07999
CPF 688.204.960-20

Aline Clivatti dos Santos
Contadora
CRCRS nº 66.415
CPF 684.530.190-53